

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JANIELE RODRIGUES MARTINS

**JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a escola
da “segunda chance”**

**JOÃO PESSOA - PB
2018**

Janiele Rodrigues Martins

**JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a escola
da “segunda chance”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação de Pedagogia do
Centro de Educação da Universidade Federal
da Paraíba como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientador: Profº. Ms. Luciano de Sousa.

**JOÃO PESSOA - PB
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M386j Martins, Janiele Rodrigues.

JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a escola da "segunda chance" / Janiele Rodrigues Martins. - João Pessoa, 2018.

39 f.

Orientação: Luciano Silva.

Coorientação: Ana Paula Ferreira, Fábio Fonsêca.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. 1. Educação de Jovens e Adultos 2. Juvenilização. I. Silva, Luciano. II. Ferreira, Ana Paula. III. Fonsêca, Fábio. IV. Título.

UFPB/BC

JANIELE RODRIGUES MARTINS

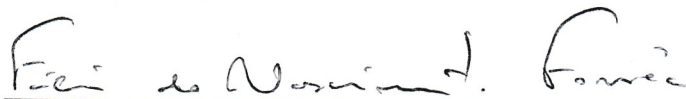
JUVENILIZAÇÃO NA EJA: A escola da “segunda chance”

APROVADO EM: 01 / 11 /2018

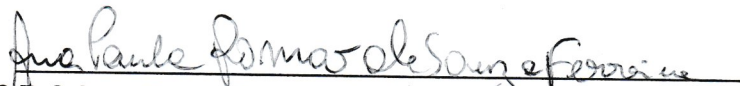
BANCA EXAMINADORA



Profº. Ms. Luciano de Sousa Silva (Orientador – CE/DME/UFPB)



Profº.Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca (Examinador – /CE/UFPB)



Prof.^a Dr.^a Ana Paula Romão de Souza Ferreira (Examinadora –
/CE/UFPB)

Aos meus pais Jomael Lopes Martins e
Adiudes Rodrigues Martins pelos
ensinamentos da vida.

As minhas irmãs e sobrinhos, pessoas
especiais que fazem parte da minha
vida.

Ao professor Luciano de Sousa,
orientador desse TCC, pela pesquisa,
dedicação e incentivo durante a
caminhada para a realização do
presente trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por guiar meus passos e iluminar minha vida e a Nossa Senhora que intercede por mim em todos os momentos. A minha família, pelo amor e respeito incondicional que temos uns pelos outros.

Agradeço ao meu orientador Prof^o Ms. Luciano de Sousa, pela paciência comigo durante o decorrer de toda a orientação do TCC. Agradeço também aos professores Prof.^a Dr.^a Ana Paula Romão e Prof.^o Dr.^o Fábio do Nascimento Fonsêca por aceitarem o convite de participarem da banca.

Aos meus amigos, que juntos formamos uma família.

Aos jovens que participaram da pesquisa, pelas lições de vida que aprendi e continuarei a aprender através de suas histórias.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho constitui-se em um estudo de caso, onde o lócus da pesquisa foi na EMEFFM, localizada na cidade de João Pessoa - PB. Apresenta-se como foco principal a discussão sobre o processo de juvenilização da EJA, considerando que esse tenha sido um aspecto importante nessa modalidade educativa desde a década de 90, como também, à necessidade de inclusão social desses jovens nessa modalidade de ensino, ocorrendo de maneira adequada, no que se refere ao seu ingresso e permanência. Para tanto, definimos os seguintes objetivos: refletir sobre o processo de juvenilização da EJA; identificar os motivos que levaram os jovens a buscarem a EJA e analisar as singularidades ocorridas nas práticas pedagógicas do estágio. Identifica-se como uma pesquisa qualitativa/quantitativa e os sujeitos entrevistados foram alguns jovens com idade entre 18 – 24 anos, estudantes da EJA, no período da noite e a justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa partiu durante as experiências vivenciadas na referida escola, nas disciplinas de Estágio Supervisionado IV e V, na modalidade EJA. Concluímos que a presença significativa de jovens, em sua maioria adolescente, resulta de um deslocamento dos mesmos do ensino regular para a modalidade EJA. É certo que, esses jovens enfrentam diversas dificuldades no dia-a-dia, e que os mesmos almejam adquirir através dos estudos a possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Juvenilização.

ABSTRACT

The present work constitutes a case study, where the locus of the research was at the EMEFFM, located in the city of João Pessoa - PB. The main focus is the discussion about the youthization process of the EJA, considering that this has been an important aspect of this educational modality since the 90s, as well as the need for social inclusion of these young people in this type of education, occurring appropriate manner, with regard to their entry and stay. For that, we define the following objectives: to reflect on the juvenile process of the EJA; to identify the reasons that led the young people to seek the EJA and to analyze the singularities that occurred in the pedagogical practices of the stage. It is identified as a qualitative / quantitative research and the subjects interviewed were some young people aged 18 - 24, EJA students, in the evening and the justification for the development of this research started during the experiences lived in said school, in the disciplines of Supervised Internship IV and V, in the EJA modality. We conclude that the significant presence of young people, mostly adolescent, results from a shift from regular education to the EJA modality. It is true that these young people face various difficulties on a daily basis, and that they seek to acquire through the studies the possibility of entering the labor market.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Juvenilization

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A PRESENÇA DOS JOVENS NA EJA	
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
2.2 A ESCOLA COMO CAMPO DE PESQUISA.....	14
3. JUVENTUDE: ONDE COMEÇA E ONDE TERMINA	
3.1 O QUE É SER JOVEM?.....	16
3.2 OS JOVENS E SEUS DIREITOS À EDUCAÇÃO.....	16
3.3 A REALIDADE EDUCACIONAL DOS JOVENS NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS.....	17
4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: JUVENTUDE E ESCOLA	
4.1 CONFINTEA'S.....	22
4.2. EJA: LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	23
4.3 O RETORNO DOS JOVENS AS TURMAS DA EJA.....	27
4.4 CAMINHOS QUE CONTRIBUEM PARA QUE OS JOVENS PERMANEÇAM NA EJA.....	30
4.5 A RESISTÊNCIA E A ESPERANÇA DOS JOVENS NA ESCOLA DA “SEGUNDA CHANCE”	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema um fenômeno que está cada vez mais intenso no cenário educacional, porém ainda é pouco discutido em pesquisas acadêmicas. Trata-se da Juvenilização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou rejuvenescimento, como alguns pesquisadores costumam chamar. No entanto, nesta pesquisa será usada a designação Juvenilização.

Meu interesse em investigar a temática Juvenilização na EJA, aconteceu ao longo da minha formação acadêmica na Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante às observações e experiências vivenciadas nas práticas de realização dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios, nos ciclos II e III, na EJA, ao me deparar com um público por sua vez muito jovem, incluindo a presença significativa de adolescentes, ainda cursando as séries iniciais do ensino fundamental. Ao perceber esse crescente número dos jovens na EJA presente a cada ano, e ao ler o livro Jovens cada vez mais jovens na educação de Jovens e Adultos da autora Carmem Brunel (2014) e, conseqüentemente a partir da literatura existente de outros consagrados autores, partiu meu desejo de aprofundar numa pesquisa de tema atual e que necessita de reformulações urgentes no atual contexto educacional do país. A partir disso levanto indagações, relacionados aos seguintes problemas: como esses alunos são direcionados para as salas de aula da EJA? Motivos pelos quais esses jovens procuram essa modalidade de ensino? O que buscam, principalmente, aqueles alunos que estão em situação vulneráveis à marginalização e exclusão por parte da sociedade? A partir de então passei a pesquisar sobre quais seriam as causas que levariam os jovens a deixarem os estudos na idade própria e quais as razões para o retorno à escola.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, além dos estudos e das análises bibliográficas e documentais, desenvolvi um questionário de levantamento de perfil, que se encontra disponível no Apêndice desta monografia, a fim de coletar dados para analisar os principais fatores que motivaram o distanciamento e, conseqüentemente, o retorno desses jovens alunos que ainda estão em formação no ensino fundamental, nos ciclos II e III (EJA), na referida escola.

A partir dos objetivos citados anteriormente o presente trabalho constitui-se em um estudo de caso, desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Moura, localizada na cidade de João Pessoa – PB, no bairro de Mandacaru.

A presente pesquisa se configura como uma pesquisa qualitativa/quantitativa, que segundo Oliveira (2010), envolve um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas que contribuam para melhor compreensão do objeto de estudo situado em seu contexto histórico e social. Assim, para a obtenção dos dados coletados, definimos dois instrumentos fundamentais na pesquisa qualitativa: a entrevista e a observação. Segundo Cruz Neto (1998), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos autores sociais. Do mesmo modo que para Minayo (1998), o que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações é a possibilidade de a fala revelar condições estruturais, valores, normas e símbolos, e, ao mesmo tempo, transmitir representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

A coleta dos dados desenvolveu-se através das observações e entrevistas na referida escola durante o mês de setembro do corrente ano, com os alunos dos ciclos III e IV, do turno da noite. A pesquisa foi realizada com seis alunos, com a faixa etária de dezessete aos vinte e três anos, onde serão identificados pela primeira letra dos seus respectivos nomes.

Por muito tempo as discussões voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se concentraram na presença do adulto que por algum motivo específico não teve acesso à escola na idade adequada, e por isso cresceram somando ao alto índice de pessoas em situação de analfabetismo absoluto. Com as ações promovidas pelos Movimentos Sociais e as mobilizações da sociedade civil na busca por seus direitos, as políticas públicas para EJA foram se ampliando não somente em relação ao seu ingresso, mas, sobretudo, às diretrizes para seu melhor desempenho e qualidade.

Atualmente, a EJA já não se limita apenas aos sujeitos adultos e/ou idosos, existem também motivos relacionados à “[...] má qualidade do processo de escolarização desenvolvido na Educação Básica.” (FURTADO, 2009, p.54).

A presença dos jovens na EJA é resultado também desse processo de escolarização degradada, que perpetua a exclusão escolar. Os/as alunos/as têm acesso ao espaço físico escolar, mas não, a uma educação de qualidade, que os/as considere como sujeitos de direitos.

Neste contexto, no cenário educacional um dos grandes desafios na EJA é a presença cada vez mais constante de jovens nesta modalidade de ensino, tendo início e destaque, a partir dos anos 90. Foi a partir de então que a EJA passou a receber um número crescente de jovens com trajetórias escolares irregulares, interrompidas por várias razões e para compreendermos melhor esse conceito, abordamos nesse TCC, os possíveis fatores que induzem os jovens a procurar, cada vez mais a modalidade EJA, como também, o que os jovens almejam com esse retorno a escola. As estatísticas resultantes da pesquisa contribuem para o reconhecimento de que as crianças que por algum motivo abandonaram à escola estão se tornando adolescentes e, conseqüentemente mais tarde, jovens que, não se inserindo mais no ensino regular, são voltados para as turmas na modalidade EJA.

2. A PRESENÇA DOS JOVENS NA EJA

2.1 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho de pesquisa pretende atender os objetivos propostos, visando relatar aspectos encontrados da realidade vivenciada dos jovens estudantes na modalidade EJA, com comprometimento e seriedade.

A entrevista, conforme entendimento de Gil (1999) constitui-se em um:

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 1999, p. 45).

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa, através da coleta de informações que foram observadas, descritas e analisadas.

Segundo Bogdan e Biklen (1982, apud Ibíd. P. 13):

A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

O método escolhido para compor este trabalho foi o estudo de caso por apresentar seus objetivos claramente definidos, a fim de compreender a realidade no decorrer da leitura do trabalho. A partir de suas análises são abertas novas significações, esclarecimentos e descobertas. Para Fidel (1992), estudo de caso:

Refere que no método de estudo de caso é um método específico de pesquisa 'de campo. Estudos de campo são investigações de fenômenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do investigador.

As etapas da pesquisa foram à observação, seguida da aplicação de um questionário, análise documental e bibliográfica.

Marconi e Lakatos (2003, p. 190), definem observação como:

Uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.

O tipo de questionário escolhido para que os alunos respondessem foi desenvolvido com perguntas abertas, abrangendo varias questões do mesmo assunto, pois permitem ao entrevistado responder livremente, usando linguagem própria, através de suas opiniões pessoais.

Segundo Marconi; Lakatos (2010, p. 86), “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Por sua vez, as análises documentais e bibliográficas são fontes igualmente importantes e válidas para o campo da pesquisa, porque fornecem informações fundamentais através dos dados apresentados durante todo o processo de pesquisa.

1.2 A escola como campo de pesquisa

O local na qual realizamos a pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Moura – localizada no bairro de Mandacaru, na cidade de João Pessoa- PB. A escola possui turmas da EJA, divididas em ciclos, são eles: I ciclo (1ª, 2ª e 3ª anos); II ciclo (4º e 5º anos); III ciclo (6º e 7º anos) e IV ciclo (8º e 9º anos), funcionando na modalidade EJA, no turno noturno.

Os sujeitos da pesquisa foram cinco (05) estudantes, matriculados na referida instituição nos ciclos II e III, com idade entre 18 e 24 anos, através do questionário que segue em (ANEXO -I). Para preservar a identidade de cada aluno participante da pesquisa definimos utilizar a primeira letra de seus respectivos nomes para identifica-los.

A utilização do questionário apresenta-se com o objetivo para uma compreensão mais objetiva e esclarecedora da situação educacional de

jovens estudantes da modalidade EJA. As análises foram realizadas visando responder os objetivos da pesquisa, buscando identificar e descrever as trajetórias escolares e obstáculos enfrentados pelos jovens alunos na modalidade EJA.

3 JUVENTUDE: ONDE COMEÇA E ONDE TERMINA

3.1 O que é ser jovem?

A título de esclarecimento, a faixa etária da juventude compreende os jovens de 15 a 29 anos. Essa é uma delimitação da Secretária Nacional de Juventude e do Programa Brasil Alfabetizado.

Alguns autores definem a juventude como uma etapa da vida humana apenas como se fosse uma passagem da fase infantil à fase adulta. Porém, entre outras definições mais abrangentes, Dayrell afirma que a juventude,

[...] parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo o processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. (DAYRELL, 2003, p.3).

3.2 O jovem e os seus direitos à educação

A Lei nº 8.069, aprovada em 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e determina a faixa etária da criança e do adolescente:

Art. 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos e, adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. Parágrafo único - Nos casos expressos em lei aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade (ECA, 2012, p. 11).

Por sua vez, a Lei nº 12.852, aprovada em 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE afirma a faixa etária do jovem:

Parágrafo 1º - Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Parágrafo 2º - Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do

Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013, p. 9).

É certo que, de acordo com a legislação brasileira, podem ser considerados como jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 18 anos), os jovens-jovens (com idade entre os 19 e 24 anos) e os jovens-adultos (faixa-etária dos 25 aos 29 anos), portanto, não existe uma única juventude, mas várias juventudes.

Entretanto, os adolescentes com idade entre 15(quinze) e 18(dezoito) anos de idade, aplica-se a Lei nº 8.069/90, sancionada no dia 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Juventude apresenta ao todo 11 eixos temáticos, entre eles a de que todo jovem tem direito à educação de qualidade, sendo dever do Estado oferecer a esses jovens que por algum(ns) motivo(s) não concluíram a educação básica, programas na modalidade da educação de jovens e adultos, disponíveis em todos os seus níveis, que estejam adequadas e acessíveis às necessidades de cada jovem estudante, inclusive podendo frequentá-lo no período noturno.

Segundo o estatuto, as escolas e universidades devem formular e, consequentemente, implantar medidas de democratização referentes ao acesso e permanência dos mesmos, como também, programas de assistência estudantil e inclusão social para esses jovens estudantes.

Fica evidente a importância relacionada às necessidades dos jovens negros, como também dos que moram no campo, os indígenas ou que apresentem alguma deficiência, a todos os jovens em geral, é destacado sua importância e valorização asseguradas em forma de leis.

3.3 A realidade educacional dos jovens no Brasil: Alguns aspectos

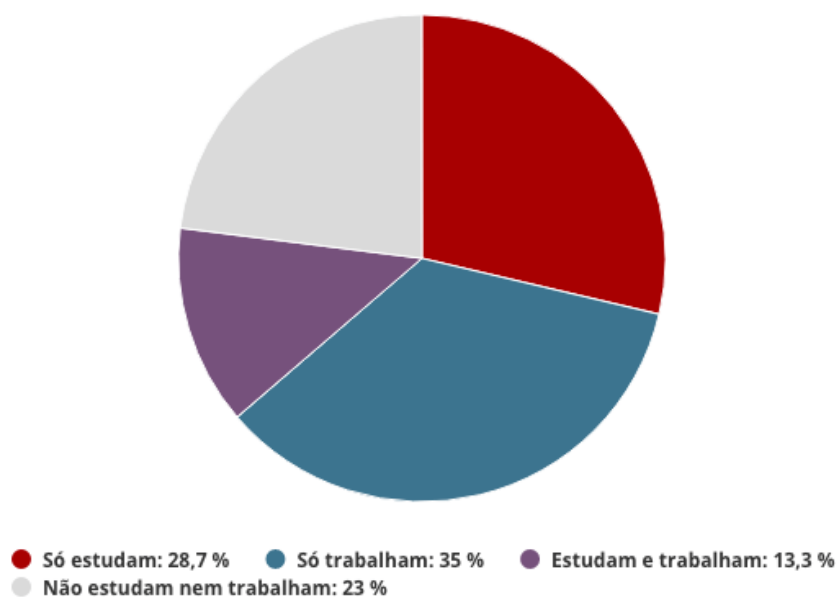
Segundo dados recentes do IBGE, em 2017, o Brasil apresentava uma população de 48,5 milhões pessoas jovens com idade entre 15 e 29 anos, mais de ¼ da população brasileira. Desses, 14 milhões são tidos como pobres, pois a renda per capita de suas famílias não passa de meio salário mínimo. (CASTRO E AQUINO, 2008).

Segundo o Pnad 2017, dessa população de jovens brasileiros foi constatado também que 11,1 milhões delas não estavam trabalhando e também não estavam matriculadas em uma escola, faculdade, curso técnico de nível médio ou em qualquer tipo de curso de qualificação profissional.

Conhecidos como geração nem-nem, esse grupo representa 23% da população de jovens brasileiros no ano passado e, em relação ao ano de 2016, segundo dados do Pnad, aumentou, pois de acordo com os números referentes aos anos 2016 e 2017 essa variação foi de 619 mil jovens com idade de 15 a 29 anos presente a mais nessa condição, no ano de 2016, 21,8% dos jovens estavam nesse grupo denominado de nem-nem.

Jovens, educação e trabalho

Pessoas com entre 15 e 29 anos, segundo a ocupação, em 2017



Fonte: Pnad 2017 Educação/IBGE

Ainda de acordo com o estudo do Pnad, entre os anos de 2016 e 2017 o número de jovens que estavam estudando permaneceu estável, o que ocorreu foi uma redução referente à ocupação, pois a porcentagem da população ocupada nessa faixa etária diminuiu de 35,7% para 35%, quanto também a de jovens que estudavam e trabalhavam, reduziu de 14% para 13,3%.

Mesmo a educação sendo direito de todos, segundo a pesquisa realizada na referida instituição, há uma tendência por parte dos professores, gestores, da sociedade e da família em culpar unicamente os jovens que não conseguiram concluir seus estudos na idade dita “apropriada”, atribuindo diversas questões/motivos para o abandono escolar. Existem vários motivos que contribuem para que essa realidade ocorra, na qual obriga o jovem a abandonar a escola e esse motivo é a necessidade da busca emprego, configurando-se como a causa principal para o afastamento desses jovens das salas de aulas, pois a necessidade de conseguir um emprego mais cedo tem provocado uma grande demanda desses alunos nos programas da EJA. Para esse contingente de jovens, a busca pela elevação da escolaridade está relacionada ao mercado de trabalho. Alguns alunos da Escola Municipal Francisca Moura declararam que pararam de estudar por motivos relacionados a necessidade de conseguir um trabalho e, conseqüentemente, contribuírem nas despesas de suas famílias, como é o caso do aluno M (19 anos):

Aos 16 anos percebi que precisava ajudar minha mãe nas despesas de casa, não podia deixar que apenas ela trabalhasse fosse responsável em sustentar minha filha. Voltei a estudar principalmente depois que me tornei pai, porque penso muito no futuro da minha filha.

O aluno B (22 anos), também citou na entrevista o motivo relacionado ao trabalho:

Eu já havia reprovado muitas vezes e não queria mais passar por essa situação. Decidi trabalhar para sustentar minha família que depende de mim. Penso em ter um emprego melhor no futuro para meu salário ser maior e poder realizar os sonhos da minha filha.

Foi esse o fator também que levou o aluno P (24 anos), a optar por se matricular na EJA:

Eu queria muito trabalhar, sempre gostei de ser independente e a EJA era a oportunidade que eu tinha para trabalhar durante o dia e estudar durante a noite.

Hoje, esses jovens entendem a importância e a necessidade de recuperar o tempo perdido, pois perceberam que o mercado de trabalho é

competitivo e precisam se qualificar para poderem obter um cargo ou salário melhor.

O segundo motivo está ligado a um dos principais desafios da educação brasileira: a falta de interesse dos alunos. Citado pelo aluno B (22 anos):

Quando eu era criança não tinha incentivo dos meus pais em estudar, quando tirava notas baixas, eles nunca reclamavam, e se eu reprovasse de ano era humilhado por eles. Fiquei desestimulado em reprovar tanto. Agora estou vendo que preciso estudar.

Podemos perceber que na fala da aluna F (20 anos), que a falta de motivação também foi decisivo quando era criança por não se interessar pelos estudos:

Eu não gostava de estudar, só queria brincar, mas minha mãe não deixava, só estava na escola por obrigação. Eu tirava muitas notas baixas porque não entendia os assuntos e tinha vergonha em perguntar e no final do ano reprovava.

Quando o professor não estimula os alunos a aprender eles podem se desinteressar pelos estudos, alunos desmotivados aprendem muito pouco, ou quase nada.

Outro motivo que contribui para que muitos jovens se afastem da sala de aula refere-se à maternidade e paternidade precoce. A chegada do primeiro filho ainda na adolescência resulta numa série de responsabilidades nas quais o jovem precisa enfrentar, sendo citado pela grande maioria dos entrevistados.

A aluna F (20 anos), desistiu de estudar durante um tempo porque engravidou e precisava cuidar da sua filha, mas já voltou a estudar. O aluno B (22 anos), depois que se tornou pai, voltou a estudar pela filha, pensando no futuro dela.

Fica evidente que, atualmente a EJA, atende cada vez mais uma população vinda de processos de exclusão escolar: repetição, evasão e ingresso precoce no mercado de trabalho.

Carrano (2007) afirma que tais aspectos relativos à presença do jovem, são incipientes no campo da EJA e para enfrentar esse “desafio de

juvenilização da EJA”, deveríamos buscar alternativas para a produção de espaços culturalmente significativos para atendimento dessa diversidade de sujeitos jovens – não apenas alunos. O que propicia a reflexão sobre quem é esse sujeito, porque ingressou numa turma da EJA e como desenvolver um trabalho que atenda de forma mais adequada suas especificidades (2007, p.1).

Através do questionário aplicado com os estudantes da referida instituição, percebe-se que seus perfis são de jovens que buscam recuperar o tempo perdido e, por meio da inserção na modalidade EJA a maioria dos alunos acreditam que poderão conseguir um futuro melhor e um bom emprego para melhorar de vida.

Estes jovens têm em comum a opinião de que a escola os recebe sem discriminação, de maneira igual como qualquer outro aluno que nela está matriculado, que estão recebendo a oportunidade que antes lhes foram negadas e, com a oportunidade de conciliar trabalho e estudo muitos são agradecidos por isso, mas é evidente que existem diversas falhas que precisam ser observadas e melhoradas pelo sistema de ensino, como os próprios citaram na entrevista, como: a falta frequente de professores e os conteúdos das disciplinas, que são explanados de forma simples e rápida.

O aluno M (19 anos), afirma que:

Os professores pulam os assuntos que deveriam ensinar, faltam frequentemente e isso prejudica no aprendizado de muitos colegas.

O aluno P (24 anos), também afirma na entrevista que:

Os professores faltam bastante e a direção deveria reclamar sobre isso, porque se os professores dessem aulas todos os dias os alunos não faltariam tanto também, e todos aprendiam.

4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Juventude e escola

4.1 Conferências Internacionais de Educação de Adultos - CONFINTEA'S

As CONFINTEAS tiveram início a partir do ano de 1949 e, até o momento foram organizadas seis conferências, com o objetivo de fazer um estudo mundial sobre a educação, propor uma educação que devia acontecer ao longo da vida, estabelecer consequentemente, novas metas para o futuro e promover a EJA como política pública no mundo. A seguir, um breve resumo sobre cada conferência:

I CONFINTEA - sua primeira edição foi no ano de 1949, na Dinamarca e, apresentou como objetivo uma educação “paralela” à escola, na qual a mesma supriria o que esta não foi capaz de fazer na época. Esta educação deveria garantir os direitos humanos e tentar construir uma paz que fosse duradoura, concebendo a Educação de Adultos como uma espécie de “educação moral”, como forma de “educar” o homem para a paz e acabar com as barbáries vividas durante a Segunda Guerra Mundial.

II CONFINTEA aconteceu em 1963, no Canadá. Apresentou como tema “A educação de adulto num mundo de transformação”. Idealizava a Educação de Adultos como complementar, permanente e paralela à educação formal.

III CONFINTEA aconteceu em 1972, em Tóquio. Planejava a Educação de Adultos como parte integrante do sistema educacional de ensino, pois deveria recolocar os jovens e adultos, em especial aqueles que não eram alfabetizados, no sistema formal de educação.

IV CONFINTEA aconteceu na França, em 1985 e, apresentou diversos conceitos sobre Educação de Adultos, referentes a uma nova forma de reconhecer o sujeito urbano e rural, pois estes precisavam de formação para o mercado de trabalho. Entre os conceitos estavam: alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação vocacional, educação rural, educação da família, educação da mulher, educação em saúde e nutrição e educação técnica.

V CONFINTEA aconteceu em 1997, na Alemanha. O tema central dessa conferência foi a “Aprendizagem de adultos, uma chave para o século XXI”, na qual se afirma que a meta da aprendizagem aconteça e seja para todos ao longo da vida. No documento, apareceram pela primeira vez os termos

“Educação de Adultos” e “Educação de Jovens e Adultos”, com a intenção de caracterizar que sua oferta atender de forma igualitária a um público jovem. Segundo Gadotti (2009), a Declaração de Hamburgo passou a conceber a Educação de Adultos “como aquela que” engloba todo o processo de aprendizagem formal, informal e não formal a fim de que as pessoas consideradas “adultas” desenvolvam suas habilidades, enriqueçam seu conhecimento e aperfeiçoem suas qualificações técnicas e profissionais.

A compreensão de que a educação das pessoas jovens e adultas deve ser permanente, significa dizer que tal conceito extrapola a abordagem econômica, assumindo um caráter multidimensional e intercultural, tendo em vista novos elementos serem incorporados à educação continuada das pessoas jovens e adultas, como a questão da diversidade, cultura, cidadania, saúde, gênero, raça, etc. (COSTA, 2013, p.96)

VI CONFINTEA foi realizada no Brasil, em 2009. Nesta conferência houve a confirmação da educação enquanto direito universal de todos os sujeitos (crianças, jovens, adultos e idosos). Como afirma Gadotti (2009, p. 3), devemos pensar na educação com qualidade social, pensando que a ela todos os cidadãos e cidadãs terão direito a participar da aprendizagem que deverá ser “sociocultural” e “socioambiental”. A aprendizagem neste caso passa a ser visto como fator de transformação, pois questiona o que se aprende, diferente de focar apenas no que está relacionado ao aprender.

4.2EJA: Legislação vigente

O Poder Público exerce papel fundamental que é o de viabilizar e estimular os jovens e adultos que possuam escolarização incompleta, assegurando sua permanência referente ao âmbito escolar e oferecendo condições necessárias para que os mesmos deem continuidade aos seus estudos.

A política da EJA, diante do presente desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e cooperar para que exista igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social para todos de modo geral, fundamenta sua composição nos requisitos legais definidos:

A Constituição Federal do Brasil/88 inseriu como princípio que toda e qualquer educação tem em vista o pleno desenvolvimento da pessoa,

preparando-o para o pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho (CF. Art. 205). No Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio comporta o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações.

É certo que, a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais.

Esse público vem sendo atendido no âmbito da Educação Básica por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, todo esse conjunto, apresentam ações que têm fortalecido à parceria entre Estados e Governo Federal com o objetivo de ampliar e melhorar a qualidade oferecida aos estudantes da educação de jovens e adultos.

• **Constituição Federal de 1988.** Conforme pode ser observado em seu artigo 208, assegura-se a educação de jovens e adultos como um direito de todos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, artigo 205).

• **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96)**, referente à educação de jovens e adultos presentes no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua proporção de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

O artigo 37 da LDB assegura que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na

idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

O artigo 38, da LDB de 1996, assegura que:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental para os 62 maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996, p. 15).

Na LDB de 1996, confirma-se ainda, o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico, convenientes às suas condições de estudo, ofertadas gratuitamente na forma de Cursos e Exames Supletivos. No geral, a alteração só ocorreu, de fato, no que diz respeito à diminuição da idade para inscrição nos Exames Supletivos, sendo 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Essa lei foi decisiva na expulsão da escola regular “[...] dos jovens a partir dos 14 anos de idade e evidência a ênfase atribuída à certificação, em detrimento da vivência plena dos processos pedagógicos necessários ao efetivo domínio das bases do conhecimento científico e tecnológico” (RUMERT, 2007, p. 39).

Nesse sentido, Rumert (2007), afirma, ainda, que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), regulamentada como modalidade de ensino, é sem dúvida, uma educação de classe. Assim, se configura, no Brasil, como oferta de possibilidades de elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito a educação na fase da vida historicamente considerada adequada. E, mais precisamente, uma educação para as frações da classe trabalhadora cujos papéis a serem desempenhados no cenário produtivo não requerem maiores investimentos do Estado, enquanto representante prioritário dos interesses dos proprietários dos meios de produção. (p. 38-39).

A partir de então, passa a existir a possibilidade, especialmente para as classes menos favorecidas para o abandono da escola. Assim, no momento em que o aluno completar 15 anos, o mesmo pode obter certificado de conclusão do Ensino Fundamental, e aos 18 possa então, prestar exames para conclusão do Ensino Médio, conforme afirma Saviani (1997, p. 214).

• **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos tem a função de proporcionar e garantir a formação permanente dos alunos, como também sua inclusão social, conforme aponta o Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos:

Propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA. (...) Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (PARECER CNE/CEB 11/2000, p. 11).

• **Resolução CNE/CEB nº 01/2000**

- Artigo 6º. É função de cada sistema de ensino apresentar e definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais e as características desta modalidade de educação.

• **Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001)** - A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a adaptação de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num

grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

Após a leitura e observação de todas essas leis vigentes, pode-se observar que a EJA oferece oportunidades para as pessoas que por motivos particulares não conseguiram concluir ou até mesmo iniciar os seus estudos na idade dita “apropriada”, podendo então, concluírem seus estudos de forma gratuita garantido pelo Estado.

Portanto, de acordo com todo o contexto apresentado da legislação atual, independentemente da modalidade, a escola torna-se desde o início uma instituição responsável pela educação formal do cidadão, sendo responsabilidade do Estado, garantir não somente o acesso dos estudantes, mas também garantindo aos mesmos sua formação geral, com destaque nas letras, na matemática, nas ciências, nas artes, abrangendo também, quanto a sua formação cultural, política e profissional.

4.3 O retorno dos jovens as turmas da EJA

Como a juventude chega à EJA? Quem nos responde a esse questionamento é a autora Carmen Brunel:

Os jovens, quando chegam nesta modalidade, em geral, estão desmotivados, desencantados com a escola regular, com histórico de repetência de um, dois, três anos ou mais. Muito deles sentem-se perdidos no contexto atual, principalmente em relação ao emprego e à importância do estudo para a sua vida e inserção no mercado de trabalho (BRUNEL, 2004, 09).

Segundo Furtado (2009, p.51):

[...] as crianças que, há algum tempo, vêm sendo reprovadas e repetindo várias vezes às séries iniciais hoje não são mais crianças, estão se tornando adolescentes e, mais tarde, jovens que, não comportando mais no ensino infantil, são direcionados para as classes da Educação de Jovens e Adultos, perdendo, então, a linearidade no processo de escolarização.

A partir da década de 90, a EJA vem sofrendo uma renovação na faixa etária do seu alunado, essa mudança surge a partir do momento em que os programas da EJA passam a receber jovens, principalmente da zona urbana,

que apresentam como marca principal uma trajetória escolar mal sucedida, conforme afirmam Haddad e Di Pierro (2000).

Esse fenômeno, causado pelo aumento de matrículas de adolescentes e jovens na EJA, tem sido denominado por importantes pesquisadores como: Spósito (1999), Haddad e Di Pierro (2000), Brunel (2004), Dayrell (2005), Carrano (2007), Borghi (2009) e Carvalho, R. (2009), de “Juvenilização da Educação de Jovens e Adultos”.

É alarmante o crescente número de jovens presentes nos diversos espaços da EJA, essa é uma realidade que vem preocupando educadores e pesquisadores na área da educação. Como resultado, é notório que a cada ano, modifica-se o cotidiano escolar e as relações estabelecidas entre os sujeitos que participam este espaço escolar.

Segundo Brunel, “fatores pedagógicos, políticos, legais e estruturais fazem com que muitos jovens procurem cada vez mais esta modalidade e a cada ano mais precocemente”. (BRUNEL, 2004, P.19).

Infelizmente inúmeras são as deficiências apresentadas pelo sistema de ensino regular público, como por exemplo, a evasão escolar, repetência frequente, que resultam na defasagem entre a idade/série dos alunos, a possibilidade de aceleração de estudos objetivando a conclusão em menor tempo do Ensino Fundamental e Médio e a necessidade de conseguir um emprego são fatores que contribuem para a migração/permanência dos jovens na EJA.

Ao ingressarem nesta modalidade de ensino, esses jovens, estão em sua maioria desmotivados com a escola regular, muitos apresentam um histórico de repetência de anos. Em relação ao contexto atual, muitos alunos se veem perdidos, principalmente na questão em relação ao emprego e o quanto valorizar os estudos é importante para que os mesmos consigam uma boa colocação frente ao mercado de trabalho.

De acordo com Dias (2009) *Apud* Vale (2011), a crescente e significativa presença de jovens na EJA, pode ser caracterizada a partir de três grupos:

- Alunos que buscam a comodidade da carga horária reduzida;
- Alunos trabalhadores que buscam na educação a possibilidade de ingresso e crescimento profissional;

- Alunos que nas escolas convencionais apresentam algum tipo de desvio do comportamento.

A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96, no Art. 38, §1º, ao reduzir a idade para a realização de exames de 18 anos para 15 anos no Ensino Fundamental e de 21 anos para 18 anos no Ensino Médio, vem contribuindo para o aumento significativo e crescente do número de jovens que passam a incorporar o quadro de alunos da EJA. (SOARES,2002).

Confirmando a sua tese (Di Pierro et al, 2001), Di Pierro (2005) embora todos os grupos etários tenham necessidades de aprendizagem incrementadas, a maior parte das pessoas que busca no sistema educacional brasileiro oportunidades de estudos acelerados em horário noturno são formadas por adolescentes e jovens pobres que, após realizarem uma(s) trajetória(s) escolar(es) descontínua, marcada muitas vezes por insucessos e desistências por seu alunado, retornam à escola em busca de credenciais escolares (carteiras estudantis), de espaços de aprendizagens, sociabilidade e expressão cultural.

Para Furtado (2009), no contexto referente à Juvenilização da EJA, um dos grandes desafios encontrados na EJA é conseguir com que os jovens além de ingressarem consigam permanecer na escola, pois infelizmente torna-se comum os alunos se matricularem, mas não comparecerem as aulas com frequência, resultando em abandono e/ou evasão escolar.

Segundo Gentil (1999), a evasão na EJA acontece de forma habitual e natural no ambiente escolar.

Quando se normaliza, a exclusão se naturaliza. Desaparece como problema para tornar-se um dado. A exclusão se normaliza quando se torna cotidiana. O poder da cotidianidade é justamente tornar invisível aos olhos. Aquilo que é cotidiano não chama a nossa atenção. Aquilo que é cotidiano se normaliza, e o poder da normalidade é desmanchar-se, desaparecer como um problema, para tornar-se um fato (GENTIL, 1999, P.15).

Os jovens são vistos pela sociedade como “alunos-problema”, pelo simples motivo de não apresentarem êxito no ensino regular e que veem na

EJA a oportunidade de superarem as dificuldades antes encontradas nos seus estudos.

Muitos alunos apresentam também problemas frequentes de indisciplina em sala de aula ou até mesmo são os próprios pais que pedem que sejam transferidos para a modalidade EJA, para que ao menos concluam o ensino médio. Para muitos pais, a EJA se configura como a última alternativa para que seus filhos frequentem o ambiente escolar.

Entretanto, mesmo diante de inúmeras dificuldades que os jovens têm vivenciado durante sua trajetória escolar, sua presença continua marcante e nas turmas da EJA.

4.4 Caminhos que contribuem para que os jovens permaneçam na EJA

A EJA é uma modalidade de ensino que tem sido uma oportunidade de mudança de vida para muitos estudantes jovens que não tiveram acesso à escola no passado ou que por algum motivo interromperam seus estudos, oferecendo-os novas oportunidades de realizarem um ensino de qualidade. Essa oportunidade de voltarem a estudar proporciona uma maior autoestima para os jovens preparando-os, principalmente, para enfrentar o concorrido mercado de trabalho.

Para Dayrel (2007), é fundamental entendermos os jovens como sujeitos, nesse sentido, o autor enfatiza que é necessário repensar a escola, seus currículos com suas práticas educativas fundamentado em uma nova pauta de questões. É preciso questionar “como fazer da escola e de nossas práticas educativas um momento pedagógico de humanização?”; “como fazer da escola um espaço de treino de autonomia enquanto exercício de escolhas responsáveis e solidárias?”; “como incentivar o protagonismo juvenil, considerando os jovens como interlocutores válidos, capazes de opinar nos projetos que lhes dizem respeito?”; “como incentivar a dimensão educativa da sociabilidade, fazendo da escola um espaço de encontro, um espaço de relações sociais de qualidade?”; “como despertar e incentivar o desejo pelo saber, dialogando com os interesses e necessidades dos jovens?”; “como incentivar as diferentes linguagens culturais, possibilitando a expressão

autônoma das culturas juvenis?”. São questões como essas que possibilitam através do diálogo um entendimento válido entre a escola e os jovens.

Ainda Segundo Dayrel (2007), o jovem quer ser participativo e ter voz ativa na sala de aula, e, para que isso ocorra é necessário que o currículo escolar esteja ligado à sua realidade, que favoreça a realização de atividades em sala de aula, que façam os jovens movimentar o corpo e a mente, estimulando, dessa maneira, um maior interesse desse público, pois é certo que grande parte dos jovens não gosta de ficar simplesmente sentado a ouvir o professor falar, isso para eles é cansativo e desestimulante. Com atividades significativas que envolvam os jovens na sala de aula, fica bem mais fácil de motivá-los e atraí-los a permanecer e continuarem nas turmas da EJA.

4.5 A resistência e a esperança dos jovens na escola da “segunda chance”

Durante todo o seu processo histórico, a EJA vem sofrendo um processo de renovação referente à faixa etária de seu alunado, muitos fatores contribuem para que o fenômeno de juvenilização venha a se tornar uma categoria crescente e permanente na EJA.

A inserção cada vez mais antecipada dos jovens no mercado de trabalho, a esperança/necessidade de conseguir um emprego são alguns fatores que tem provocado uma grande demanda nas matrículas da EJA. Para essa população de estudantes jovens, a busca pela elevação ou até mesmo o desejo da conclusão dos estudos está vinculada ao trabalho, com interesses numa melhor colocação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, salários atrativos.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação – PNE, ressalta entre outros pontos, para a EJA, O “treinamento de imensos contingentes de jovens e adultos para a inserção imediata no mercado de trabalho” e “criar oportunidades de educação ao longo da vida, ou educação permanente” (REDIN e MORAES, 2001).

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos, configura-se como uma modalidade que foi criada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Inicialmente era vista pela escolarização

Nacional, Como suplência, na qual os estudantes visavam apenas receber o certificado de conclusão da sua escolarização formal. Atualmente, as relações são diferentes, pois a modalidade recebeu o status no contexto da educação básica e leva também aos jovens estudantes a novas perspectivas de futuro. Hoje esses jovens tem a oportunidade de concluírem os estudos e entrarem para o mercado de trabalho formal brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número cada vez maior de jovens nas instituições escolares que oferecem a Educação de Jovens e Adultos é um fenômeno que vem interferindo no cotidiano escolar desde a década de 90.

Pesquisas e estudos de diversos autores têm demonstrado que, existe uma presença cada vez maior desse alunado nessa modalidade de ensino, definido por Juvenilização da EJA. E, diversos são os motivos que contribuem para que essa migração por parte dos alunos da escola regular para a EJA, entre eles: as diversas repetências dos alunos ainda no início do ensino fundamental, o desinteresse por parte dos órgãos públicos perante o sistema educacional do país e problemas relacionados à ordem pessoal dos alunos.

Através das entrevistas com os cinco jovens da referida escola, foi possível observar que questões relacionadas ao social, econômica e afetiva surgem como determinantes para que esse retorno ao ambiente escolar aconteça.

Esses jovens já tiveram uma educação regular acidentada, com dificuldades de aprendizagem, com sucessivas reprovações e, quando se deparam com o mercado de trabalho, com a vida familiar, se veem obrigados a retornar ao ambiente escolar.

Com esse retorno, é fundamental que a escola apresente-se de forma empática, acolhendo esse alunado, possibilitando que o mesmo permaneça nela de forma a contribuir para o seu crescimento educacional.

Nota-se que o rejuvenescimento da população que frequenta a EJA é uma realidade que, a cada ano, vem aumentando. Esse alunado carrega consigo histórias muitas vezes de fracassos impostas pela sociedade por não se “adaptarem” ao ensino regular, mas esses jovens como todos os outros alunos, apresentam sonhos, ideologias, medos, resistências, coragem, sabedoria, que são ingredientes fundamentais para viver, vencer e permanecer no mundo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: BARBOSA, I. O.; PAIVA, J. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43-54.

BRASIL. Lei 12.852, 05 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

_____, **Parecer CNE/CEB Nº 6/2010**. Aprovado em 07/04/ 2010. Brasília: MEC 2010

CARRANO, Paulo; PEREGRINO, Mônica. **O direito a juventude na escola que se expande**: desafio para a democratização da escola pública no Brasil

_____. **Parecer CNE/CEB Nº 23/2008**. Aprovado em 8/10/2008. Brasília; MEC: 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2018.

DAYRELL, Juarez **Juventude e escola**. In: SPOSITO, Marília. Estado do conhecimento: juventude. Brasília: INEP. 2000.

FÁVERO, Osmar. **Educação de Jovens e Adultos**: passado de histórias; presente de promessas. In.: RIVERO, José; FÁVERO, Osmar. Educação de Jovens e Adultos na América Latina: direito e desafio de todos. São Paulo: Moderna/UNESCO, 2009. p. 55-92.

_____; SHÖR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FURTADO, Q. V. F.. **Jovens na Educação de Jovens e Adultos: produção do fracasso no processo de escolarização**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014 a.

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Série Cadernos de Formação, 4.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. -4. ed. -São Paulo : Atlas, 2002.

_____. **Lei nº 5.692/71** - Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília – DF: Congresso Nacional. 11 de agosto de 1971.

_____. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 25 de jul. de 2018.

_____, **Lei nº 9.394/96** – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF: Congresso Nacional. 23 de dezembro de 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-194, mai./jun./jul./ago. 2000.

REDIN, E uclides, MORAES, Salete Campos de. Políticas públicas de educação básica – um olhar sobre o Plano Nacional de Educação. **Educação Unisinos**. V.5, n.8, 2001. p. 29-48

RUMERT, Sônia Maria. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos**. Sisifo/revista de ciências da educação • n. 02 - jan/abr 2007 .

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados pessoais

1. Nome do aluno(a): _____
2. Idade: _____
3. Sexo: (☐) Masculino (☐) Feminino
4. Você trabalha? (☐) Sim (☐) Não.
Se sim, qual sua profissão? _____
5. Você tem filhos? (☐) Sim (☐) Não
6. Você já repetiu de série ou ano? (☐) Sim (☐) Não.
Se sim, quantas vezes? _____

Representações sociais de jovens da EJA

1. Você sabe o que significa a EJA?
2. O que levou você a se matricular na EJA? Foi escolha sua ou não?
3. Você já estudou em outras turmas da EJA? Conte um pouco dessa experiência.
4. Enquanto aluno da EJA, você acha que ela contribui para seu desenvolvimento e desempenho no ambiente escolar? Por quê?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

João Pessoa, ____ de _____ de 2018.

Ao responsável pela Instituição “*lócus*” da pesquisa

Eu, Janiele Rodrigues Martins, responsável principal pela pesquisa intitulada: Juvenilização na EJA: A escola da “segunda chance”, vinculada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, venho pelo presente, solicitar autorização do Gestor da EMEFFM, para realizar pesquisa com o objetivo de realizar um estudo sobre O crescente número de jovens presentes na EJA, no município de João Pessoa, com os seguintes objetivos: GERAL: analisar os motivos que levaram os jovens a procurar cada vez mais as turmas da EJA, bem como o que os mesmos almejam com essa oportunidade. ESPECÍFICOS: conhecer o processo de Juvenilização da EJA; analisar os principais fatores que influenciam, no aumento da procura desses jovens por essa modalidade de ensino; identificar o perfil dos alunos jovens compreendidos entre 15 – 29 anos de idade, matriculados na EJA e descrever a trajetória escolar desses jovens. Este estudo está sob a orientação do Prof.º Ms. Luciano de Sousa. Na certeza de contar com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Janiele Rodrigues Martins – Orientanda UFPB

Prof.º Ms. Luciano de Sousa
Orientador de TCC- UFPB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE
OBS: menor de 18 anos ou mesmo outra categoria inclusa no grupo de vulneráveis)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos autorizo a participação do _____ de _____ anos na a Pesquisa **“Juvenilização na EJA: A escola da “segunda chance”**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **Juvenilização na EJA: A escola da “segunda chance”** terá como objetivo geral: Analisar os motivos que levaram os jovens a procurar cada vez mais as turmas da EJA, bem como o que os mesmos almejam com essa oportunidade.

Ao responsável legal pelo (a) menor de idade só caberá a autorização para que **Roteiro de entrevista semiestruturada** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, se assim o desejarem, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O Responsável legal do menor participante da pesquisa poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (83) 987299862 com **Janiele Rodrigues Martins**.

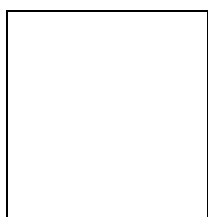
Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do responsável legal pelo menor

Assinatura do menor de idade



Responsável legal

Assinatura Dactiloscópica